

**DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO AO REFORMISMO CENTRISTA: O
PARTIDO DOS TRABALHADORES E A ADEQUAÇÃO AO DISCURSO
DOMINANTE (1994-2002)**

**FROM REVOLUTIONARY SOCIALISM TO THE CENTRIST REFORMISM:
THE WORKER'S PARTY AND THE ADEQUACY TO THE DOMINANT
DISCOURSE (1994-2002)**

Guilherme Augusto Batista Carvalho¹

Resumo

O presente artigo tem o desafio de discutir a ambivalente relação entre chegada ao poder através de concessões aos setores conservadores da sociedade, prenunciada na chamada “carta ao povo brasileiro” e o discurso da disputa pelo poder baseado no argumento da busca por ganhos sociais relevantes, na qual parte da esquerda brasileira se encontra imersa desde a vitória do Partido dos Trabalhadores em 2002 na eleição presidencial no Brasil. Apresentamos aqui os atores e os principais acontecimentos que dão embasamento para a discussão proposta. Para dar fundamentação teórica, analisamos o caso à luz da teoria marxiana, buscando viabilizar reflexões a respeito da seguinte questão: alguns setores da esquerda brasileira, ao não realizarem rupturas estruturais no sistema de poder no país, tornaram o reformismo social e econômico uma forma conservadora de busca do poder, articulando o arrefecimento das tensões entre as classes? Concluímos que o reformismo proposto é um mecanismo de não abandono completo das propostas de busca por justiça social, no entanto, é a renúncia de qualquer possibilidade de mudanças estruturais, seja nos valores, na ordem ou na própria estrutura de dominação.

Palavras-Chave: *Esquerda; Partido; Eleição; Conservadorismo.*

Abstract

This article has the challenge to discuss the ambivalent relationship between arrival in the power through concessions to conservative sectors of society, foreshadowed in the "letter to the Brazilian people" and the discourse of the struggle for power based on the argument of search for relevant social gains, in which part of the Brazilian left is immersed since the victory of Workers Party in 2002 in the presidential election in Brazil. Here are the actors and the main events that give basis for the proposed discussion. To give theoretical basis, we analyze the case in light of Marxian theory, seeking to enable reflections on the question: some sectors of the Brazilian left, do not perform structural failure in the power system in the country, made the social reformism and economic conservative as a search of power, articulating the cooling of tensions between the classes? We conclude that the proposed reformism is a mechanism not completely abandoned the search for social justice proposals, however, it is the

¹ O autor é Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Pós-Graduando em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás e pesquisador associado à *International Assosiation for Political Science Students (IAPSS)*, na linha de “Política Comparada”. Email: guilherme.rel1404@gmail.com.

exclusion of any possibility of structural changes, whether the values in the order or in the structure of domination.

Keywords: *Left; Party; Election; Conservatism.*

Introdução

As dinâmicas sociais e políticas no Brasil, durante os anos 1990 passavam por uma fase de adaptações e por transições em diversos campos, como a cultura e a política que foram liberalizadas após vinte e um anos de regime militar.

No campo econômico, parte significativa do país sofria com quedas drásticas da produção, estagnação da indústria devido a pouca capacidade técnica de inovação, taxa de câmbio flutuante após o início do plano Real, variações expressivas da taxa de desemprego, precariedade das relações trabalhistas e consequentes impactos negativos nas classes assalariadas

A política adotada, a partir do início dos anos 1990, permitiu uma forte exposição externa da base produtiva local, implementou um novo receituário de *política econômica e buscou enfraquecer o poder de barganha dos segmentos organizados da sociedade, na esperança de reduzir a resistência aos projetos de flexibilização do sistema de proteção social* ²inscrito na Constituição de 1988” (DEDECCA, 2005, p. 105 *grifo nosso*).

É importante demarcar que, em nossa visão balizamos a ideia de classe assalariada por meio da seguinte constatação: “o trabalho cria prosperidade para o proletariado? De nenhum modo. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de produzir um novo trabalho assalariado, a fim de explorá-lo novamente” (MARX; ENGELS, s.d, p.32).

Singer (1999) alega que a política econômica adotada no Brasil durante os anos de 1990 redefiniu a inserção do país na economia mundial, sacrificando o crescimento e comprometendo a prestação de serviços sociais, por obedecer à lógica de um ajuste fiscal, que criou crises que afetaram principalmente a classe assalariada. Mészáros faz uma análise dessa tentativa de “inserção dependente” de países pobres pós-Guerra Fria e conclui que:

“Cinquenta anos de “modernização” deixaram o “Terceiro Mundo” numa condição pior do que nunca; o sistema soviético teve um colapso dramático,

² Em outras palavras, o que se buscou foi a desestabilização da oposição social e política à política econômica.

sem qualquer perspectiva de estabilização pela entrada no clube do “capitalismo avançado”, pois até a restauração bem-sucedida de uma forma “subdesenvolvida” de *capitalismo dependente* impôs dificuldades proibitivas ao sistema que se estilhaçava; e os poucos países privilegiados de “capitalismo avançado” estão passando por repiques de recessão em intervalos cada vez mais curtos” (MÉSZÁROS, 2002, p.49).

As instabilidades econômicas, que embora afetassem de forma incisiva as classes subalternas, não evitaram uma tentativa de inserção econômica através de maiores aberturas para produtos e indústrias externas somadas a um ajuste fiscal severo. Contudo, essa expansão do mercado através da tentativa de inserção brasileira no mundo, ainda assim não garantiu o desenvolvimento social, como pregava o mantra liberal na época: “inaugurava-se naquele momento, a “novíssima dependência”, que significava que o desenvolvimento do país estaria relacionado à abertura econômica para as economias desenvolvidas, a partir da integração entre mercados globalizados” (MESQUITA; OLIVEIRA, 2008, p.5). Pelo contrário, o que foi aprofundada foi a desigualdade entre as classes e a menor equidade na distribuição de renda.

Para Barros, Henriques e Mendonça (2000) a desigualdade brasileira está profundamente arraigada na histórica negligente política de distribuição de renda no país. “A pobreza no Brasil pode estar associada ao fato de os países do mundo, em seu conjunto, permanecerem relativamente pobres, [...] ou, de modo alternativo, ao fato de o Brasil apresentar um elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p.126).

“A burguesia controla cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. A consequência inevitável disso foi a centralização política” (MARX; ENGELS, 2001, p.31). Nessa passagem do “*Manifesto do Partido Comunista*”, escrito em 1848, os autores ensejam nossa visão a respeito do momento político, econômico e social dos anos 1990, no qual o processo de liberalização fez com que cada vez mais a população se encontrasse alijada do poder, estando carente de uma representação de fato.

As instabilidades no país, somadas ao fim da experiência soviética levaram a um misto de desânimo quanto a uma proposta socialista revolucionária stricto sensu e a impulsão pela busca da justiça social, frente ao quadro de gradual deterioração dos poucos ganhos da classe trabalhadora. Esse conjunto de fatores levou ao reverso da tradicional estratégia socialista: romper com as barreiras do Estado e da democracia burguesa, instalando um Estado e uma democracia socialistas.

A ideia da aceitação dos valores burgueses de democracia vai na contramão da proposta feita por Marx e Engels no famoso “*Manifesto do Partido Comunista*” [1848], em que os autores dizem que o partido representante da classe trabalhadora deve se distinguir dos demais, tendo como objetivos centrais a: “constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, s/d, p.31). Mas como operar tal transição revolucionária? Trotsky responde com:

só seria realizável se pudesse existir um partido revolucionário independente que exprimisse os interesses da democracia camponesa e pequeno-burguesa em geral e, com o auxílio do proletariado, fosse capaz de conquistar o poder e determinar o seu programa revolucionário (TROTSKY, 1958, p. 138).

Contudo, a realidade se mostrou extremamente reversa a um processo revolucionário no Brasil e além do mais, boa parte dos partidos de esquerda formados do país não tinham sequer o caráter revolucionário, mas sim reformador.

Por meio de um reformismo das propostas de mudanças políticas, a esquerda se envolveu paulatinamente em uma adaptação ao sistema vigente, não apenas corroborando-o, mas de propondo mudanças dentro desse mesmo sistema, aceitou-se conviver com a democracia burguesa e não avançar rumo ao projeto de uma democracia socialista. Esse mesmo fator pode ser observado na análise de Trotsky sobre o caráter titubeante de um movimento de centro-esquerda europeu: “a social-democracia devia sustentar a burguesia liberal na luta contra a reação, mas defender, ao mesmo tempo, os interesses do proletariado contra a burguesia liberal” (TROTSKY, 1985, p.19).

Simultaneamente ao processo de aceleração da expansão da perda de direitos da classe trabalhadora, está a deterioração da esquerda revolucionária como movimento (s) organizado(s), a partir da fragmentação da mesma no embate pelo poder: “a esquerda hoje está prostrada, impossibilitada de apresentar alguma estratégia revolucionária unificada e organizada para a superação da propriedade privada” (REZENDE, 2014, p.61). Isso significa que o horizonte da busca pela emancipação de classe se encontra cada vez mais distante. Todavia, essa fato não sacramenta uma derrota permanente da esquerda revolucionária, tendo visto os mais de cento e cinquenta anos de organizações partidárias e sociais. Mas nos dá certos parâmetros reflexivos acerca das dificuldades em estabelecer estratégias de rompimento com o status quo.

Conceituação dos partidos de esquerda no Brasil

A conceituação das vertentes ideológicas se faz imperativa para que haja a melhor compreensão das narrativas desse artigo. Os termos direita e esquerda fazem referência a uma separação definida ainda na Revolução francesa, portanto passível de críticas, sejam elas relativas a um possível caráter anacrônico ou a uma modernização dos valores³ e dos conceitos quanto aos fatos sociais e políticos. Contudo, é inegável que esses termos representem de forma constante o universo político e social até nossos dias.

Norberto Bobbio (1995) em “*Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*” caracteriza a esquerda pela busca da igualdade e a direita pela busca da liberdade, uma podendo abrir mão da outra para conseguir seus objetivos centrais – a esquerda sendo capaz de abrir mão da liberdade em prol da igualdade e a direita sendo capaz de abrir mão da igualdade em prol da liberdade. Dentro desses espectros as visões de direita e esquerda se dividem, radicalizando ou até mesmo caminhando para um meio termo.

Segundo o sociólogo britânico, Anthony Giddens (1996), em sua obra “Para além da esquerda e da direita”, o pensamento transformador, ou revolucionário, quase sempre foi interpretado nas sociedades pós-revolução industrial, como instigação ao radicalismo. Costumeiramente essa ideia foi relacionada à militância de esquerda, principalmente devido a experiência soviética que rompeu com diversos paradigmas de uma dita evolução da sociedade – que em termos gerais se relaciona a ideia de evolução do capitalismo e de suas formas de organização. O autor define radicalismo como um comportamento que tende a se inquietar quanto ao papel histórico da sociedade, ou nas palavras dele: “ser radical é romper com os domínios do passado” (GIDDENS, 1996, p.9).

O fim da experiência soviética, segundo Giddens (1996), condicionou a militância da esquerda a uma postura argumentativa defensiva, que busca elencar avanços histórico a agendas voltadas para temas sociais. Contudo, a base argumentativa produziu cisões dentro do campo da esquerda que passou a defender, em maior ou menor medida, métodos diferentes para a busca da ampliação da igualdade social.

³Ver segunda modernidade em BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco - Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

Se por um lado houve – e em menor medida – a defesa da experiência soviética e seus métodos de rompimento radical com o desenvolvimento baseado na matriz capitalista, houve uma esquerda que nasceu da falência da experiência soviética e se abriu para novas agendas, na tentativa de se manter na “vanguarda da história”, realizando concessões a setores que antes eram adversários políticos, buscando não se tornarem movimentos atrofiados dentro do desenvolvimento histórico. Giddens (1996, p.10-11) elenca alguns dos principais argumentos e bandeiras que surgiram nessa esquerda pós-União Soviética: Argumentos: 1. A experiência soviética não representou o socialismo em sua totalidade; 2. A revolução foi traída; 3. O bem estar é arrasado pelo desenvolvimento do capitalismo. Bandeiras: 1. Proteger os ganhos sociais; 2. Defesa da ecologia; 3. Militância pelos direitos humanos; 4. Defesa da igualdade de gênero; 5. Defesa das minorias; 6. Nova etapa de desenvolvimento social.

Para nossa melhor compreensão dos atores políticos aqui mencionados, como sendo “partidos de esquerda”⁴ do Brasil, tomaremos como referência a avaliação feita por Leôncio Martins Rodrigues, em sua obra “*Partidos, Ideologia e Composição Social*” (2002). Rodrigues ressalta que o material empírico investigado é limitado por uma lógica que vem do próprio material, devido à diversidade do conjunto social dentro desses partidos, mas o autor elenca como método de classificação de vertentes políticas, mesmo que controversa, o uso de questionários aplicados às elites políticas no Congresso Nacional durante os anos 1990. Rodrigues classifica como partidos de esquerda⁵: PCB – *Partido Comunista do Brasil* –, PPS – *Partido Popular Socialista* –, PC do B – *Partido Comunista do Brasil* –, PDT – *Partido Democrático Trabalhista* –, PMN – *Partido da Mobilização Nacional* –, PSB – *Partido Socialista Brasileiro* –, PT – *Partido dos Trabalhadores* – e PV – *Partido Verde* –, durante o período pesquisado⁶.

Creemos que embora cada uma dessas bandeiras, partidos e consequentes proposições de transformações tenham conotações diferentes, quanto ao que se fazer

⁴ Devemos ressaltar que nem todos os partidos mencionados têm visões propriamente orientadas por uma causa revolucionária, portanto, fazem parte da camada reformista, na qual o presente artigo não se direciona a discutir.

⁵ Cabe ressaltar que na análise de Rodrigues (2002), O PT do B – *Partido Trabalhista do Brasil* –, PTR/PP – *Partido Trabalhista Renovador/Partido Progressista* –, PRP – *Partido Republicano Progressista* – PSDC – *Partido Social Democrático Cristão* – e o PTC – *Partido Trabalhista Cristão* –, ficaram sem classificação ideológica.

⁶ Devemos sinalizar que outros partidos se encaixariam nessa descrição, porém, como no período pesquisado não tinham representação no Congresso Nacional, o autor os deixou de fora. Podemos elencar nessa mesma faixa o PSTU – *Partido Socialista do Trabalhadores Unificado* –, PCO – *Partido da Causa Operária* .

caso obtenha-se o poder, ambas são bandeiras de grande valor para todos os partidos de esquerda do Brasil – em maior ou menor medida.

As eleições de 1994 e 1998

Durante os anos de 1990 houveram duas eleições presidenciais no Brasil. A eleição de 1994 consagraria o sociólogo, ex-Senador, Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, *Fernando Henrique Cardoso* do PSDB – *Partido da Social Democracia Brasileira*⁷ – como Presidente da República e *Marco Maciel*⁸ PFL – *Partido da Frente Liberal*⁹ como vice. A chapa eleita traria um misto de tranquilidade e esperança e isso se deve ao sucesso do plano econômico de estabilização da inflação, denominado “Real”, que teve Fernando Henrique Cardoso a frente do Ministério da Fazenda na época de sua inauguração. Tal plano deu certa tranquilidade aos mercados de capitais e aumentou o prestígio de Fernando Henrique Cardoso, como um importante aliado do mercado financeiro: “para se ter uma ideia, em junho de 1993, o último mês antes do real, a inflação foi de 50%. Um ano depois estava em torno de 2%. Fernando Henrique ficou conhecido como o “pai” do real, o Plano e a moeda” (RENAULT, 2008, p.110).

Haviam duas chapas de esquerda nas eleições de 1994, uma se denominava como “*Força do Povo*”, que era uma coligação eleitoral entre PDT-PMN, obtendo 2.771.788 votos, ou 3,18% dos votos válidos, e tinham como principais expoentes, *Leonel de Moura Brizola*¹⁰ (PDT) como cabeça da chapa e *Darcy Ribeiro*¹¹ (PDT) como vice. A outra chapa era mais numerosa, se denominava “*Frente Brasil Popular*” e era composta por PT, PPS, PSB, PCdoB, PV, PSTU e PCB, obtendo o segundo lugar na eleição, com 17.112.255 votos ou 27.04% dos votos válidos, tendo *Lula* (PT) como cabeça de chapa e *Aloízio Mercadante* (PT) como vice.

Fernando Henrique Cardoso, que era tido como um Sociólogo de esquerda, ao compor chapa com o PFL, que era um partido majoritariamente liberal-conservador, acabou por sacramentar a continuidade do projeto burguês de poder. Conforme afirma Carvalho (2015)

⁷ Classificado por Rodrigues (2002) como sendo um partido de centro.

⁸ Importante nome do conservadorismo no Brasil, ex-Deputado Federal, Senador, Ministro da Casa Civil, da Educação e Governador de PE.

⁹ Classificado por Rodrigues (2002) como um partido de Direita.

¹⁰ Figura de destaque do combate ao regime, ex-Prefeito de Porto Alegre e ex-Governador do RS e RJ.

¹¹ Antropólogo, um dos fundadores da Universidade de Brasília e membro da Academia Brasileira de Letras.

Claras mudanças econômicas pairavam no ar após a eleição de 1994 com a eleição do ex-Ministro da Fazenda, FHC, que tinha em tese o intuito de garantir a preservação do ganho de estabilização do Plano Real. Oliveira e Turola (2003) sintetizam essas mudanças ordenando-as por mandatos do novo Presidente: 1º mandato: introdução de medida de controle das finanças dos governos estaduais e municipais; aumento do *déficit primário*; aumento da despesa com juros; déficits crescentes em conta corrente. 2º mandato: Ajuste fiscal voltado para a geração de *superávits primários*, baseado em aumento de receitas e redução de despesas; metas de inflação; reversão dos déficits em conta corrente (CARVALHO, 2015, p. 156).

Essa política macroeconômica, segundo Boito (2006) em suma aumentava os lucros dos grandes capitalistas e em detrimento, deteriorava as condições da classe trabalhadora, através de: “desregulamentação do mercado de trabalho, de redução de salários e de redução ou supressão de gastos e direitos sociais. Todas empresas capitalistas, pequenas ou grandes, industriais, comerciais ou agrícolas, nacionais ou estrangeiras, tiram proveito” (BOITO, 2006, p.273). Houveram diversos protestos, por parte da classe trabalhadora no período, porém nada que afetasse o resultado eleitoral posterior.

Nas eleições de 1998 houve maior dispersão dos votos entre a esquerda. O PSTU viria com *José Maria de Almeida* (PSTU) como cabeça de chapa e *José Galvão* (PSTU) como vice, conseguindo 202.659 de votos, ou 0,30% dos votos válidos. O PPS dessa vez foi para a eleição com a candidatura de *Ciro Gomes*¹² e *Roberto Freire*¹³ (PPS) como vice, tendo o PL¹⁴ e o PAN¹⁵ em sua base, juntos obtiveram 7.426.190 de votos, ou 10,97% dos votos válidos. Já o PT e o PDT que na eleição passada haviam rivalizado no primeiro turno, compuseram uma mesma chapa com Lula (PT) como cabeça e Leonel Brizola (PDT) como vice, junto a eles estavam o PSB, PC do B e PCB, conseguindo novamente o segundo lugar com 21.475.218 de votos, ou 31,71% dos votos válidos.

Frente a uma segunda vitória nas urnas, a chapa de Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel teve a liberdade para continuar a impor uma pauta que não só feria os direitos trabalhistas, mas agora também feria o próprio trabalho: “Em 1995, a taxa de desemprego real era de 4,6% a.a. [...] em 1998 se elevava para 7,6% [...] a segunda fase do governo, por sua vez começou com uma taxa de 7,6% a.a. e encerrou com 7,1% a.a.

¹² Ex Prefeito de Fortaleza, Governador do Ceará e Ministro da Fazenda.

¹³ Ex Presidente nacional do PCB, fundador do PPS e Deputado Federal.

¹⁴ Tido por Rodrigues (2002) como um partido de Direita.

¹⁵ Partido do Aposentados da Nação, mais tarde incorporado pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro –, tido como um partido de Direita.

[...] o governo FHC apresentou um aumento de mais de 50% no desemprego” (CHRISTO *apud* CARVALHO, 2015, p.158). Contudo, nesse novo mandato da chapa reeleita, houve uma maior mobilização por parte da classe trabalhadora contra o governo:

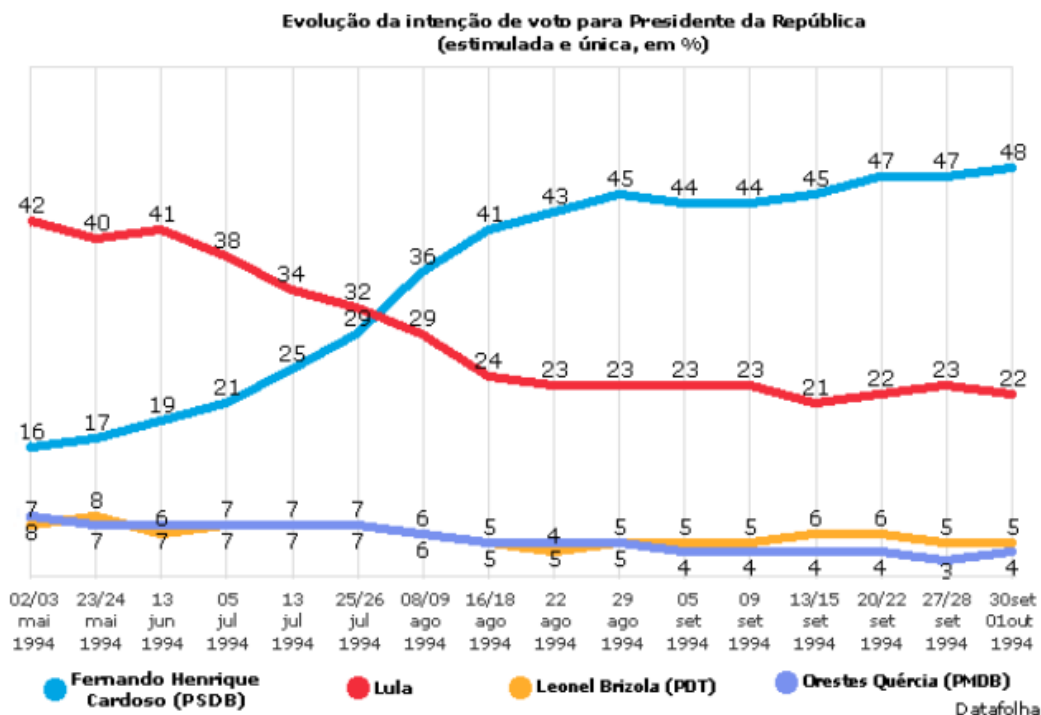
Em 1997, é dado o início aos protestos contra o governo FHC, através de uma marcha até Brasília, liderada pelo MST. Após os primeiros efeitos nos salários, aumento do desemprego Diante dos desacordos entre movimentos sociais em relação à política econômica, e ao governo de modo geral, a CUT em um congresso nacional em 1999, fez uma pauta com os principais temas de luta contra o segundo mandato do Presidente: “Reposição das perdas salariais das categorias, e reajuste mínimo de 10%; Redução da jornada de trabalho sem redução de salários; Combate à miséria; Revogação de todas as medidas do governo que precarizam as relações de trabalho; Fora FHC” (CARVALHO, 2015, p.157).

Antes de avançarmos nas narrativas sobre como a burguesia manteve seu projeto de poder no Brasil, cremos ser imperativo analisarmos o quadro em que se encontravam as condições sócio-econômicas e os argumentos desenvolvidos pela oposição.

A adesão ao projeto reformista no período entre 1994-1998

A ascensão do plano Real com seus métodos de combate a inflação, foi um fator, sem dúvidas, importantíssimo na definição dos rumos da eleição de 1994. Figueiredo (2007) destaca que Lula e Fernando Henrique Cardoso tiveram resultados diferentes no que tange seus desempenhos durante a campanha e como seus discursos impactaram na sociedade, tendo Lula começado na frente nas pesquisas e Fernando Henrique Cardoso conseguido ultrapassá-lo no decorrer da disputa – fato que como explicaremos mais a frente, acreditamos estar relacionado aos valores da sociedade. Esse efeito pode ser acompanhado a partir das pesquisas do Instituto Data Folha sobre a mudança nas intenções de voto na eleição de 1994:

Figura 1: Pesquisa de intenção de votos de 1994



Fonte: Pesquisa Datafolha divulgada em: 01/10/1994

Como método de inferência desses dados, o instituto teve como base metodológica o levantamento de amostragem estratificada por sexo e idade aleatoriamente nas cinco regiões do país, na população acima de 16 anos de idade.

Já após o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, até a campanha de 1998, houve um processo de mudanças estruturais no campo da economia que durante o primeiro mandato não tiveram efeitos tão práticos, pois a queda da inflação advinda do plano Real provocou uma queda nos números de desempregados, contudo isso foi momentâneo, pois durante o segundo mandato podem ser vistos os dados apresentando resultados, nos quais o desemprego chega a dobrar – em maior medida no segundo mandato:

Figura 2: Taxa de Desemprego de 1994-2002

Tabela 2
 Brasil: Taxa de Desemprego Aberto segundo Características Pessoais - Sexo e Posição na Família; Regiões Metropolitanas^a; 1991 - 2002
 (Média Anual)
 (%)

Ano	Gênero		Posição na Família			
	Homens	Mulheres	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros
1991	4,8	4,9	3,1	2,6	9,4	6,2
1992	5,6	6,0	3,7	3,4	11,0	7,2
1993	5,2	5,6	3,4	3,1	10,0	6,8
1994	4,8	5,5	3,2	3,1	9,7	6,9
1995	4,5	4,8	3,0	2,9	8,8	5,7
1996	5,0	6,1	3,4	3,8	10,0	7,3
1997	5,3	6,3	3,7	3,9	10,4	7,1
1998	7,1	8,3	5,1	5,4	13,4	9,3
1999	7,0	8,3	5,0	5,2	13,5	9,1
2000	6,5	8,0	4,6	5,2	12,9	9,0
2001	5,9	6,7	4,1	4,2	11,2	7,6
2002 ^b	5,9	6,8	4,1	4,3	11,3	7,7

Fonte: PME/IBGE

Frente a esses números – de 1995 – 1998 –, o PT construiu argumentos baseados em críticas pontuais, que como veremos, são muito mais leituras do cenário do que proposições – técnicas – para solucioná-lo. Esse discurso fica muito claro em seu programa de governo de 1998 – que foi construído baseado em seus argumentos de oposição até a eleição:

As políticas econômicas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso geraram profunda subordinação financeira e desestruturação da economia e da sociedade. A abertura indiscriminada, a ausência de políticas industriais, agrícolas, de emprego e de comércio exterior, assim como os elevados juros comprometeram a produção e o emprego nacionais (PT, 1998, p.6)

Notamos que durante toda a seção sobre “emprego”, no documento de 1998, ao procurarmos – na ferramenta de busca do arquivo – verbos no futuro do presente como “faremos”, “implantaremos” e “geraremos”, simplesmente não aparecem. Todavia, verbos no pretérito simples, como “geraram” aparece 6 vezes e implantaram 2 vezes. Chama atenção a falta de proposições e a quantidade de críticas.

Paralelo ao processo de crescente desemprego, ainda há um tímido aumento no salário mínimo:

Figura 3: Aumento do salário mínimo de 1995-1998

1998	01/05/1998	R\$ 130,00	Lei 9.971/2000	8,33 %
1997	01/05/1997	R\$ 120,00	Lei 9.971/2000	7,14 %
1996	01/05/1996	R\$ 112,00	Lei 9.971/2000	12,00 %
1995	01/05/1995	R\$ 100,00	Lei 9.032/1995	42,86 %

Fonte: IBGE

No quesito salário, o que nos chamou mais a atenção – e que nos parece sintomático – é a ênfase dada ao salário como instrumento de consumo, no programa de governo do PT de 1998. Tal ideia fica clara na proposição de utilizar o salário como instrumento de “poder aquisitivo” (p.8) e por meio da elevação do salário mínimo, aumentar a participação dos salários na renda nacional (p.6). Fora isso, o documento do PT apenas destrincha mais críticas ao governo vigente, assim como no que tange ao desemprego.

Segundo Braga (2013), a partir do início do primeiro mandato após a vitória da chapa de Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel, ocorreu um processo de:

financeirização da economia que se intensificou com o plano Real (1994) piorou ainda mais essa situação ao atrair, por meio de juros estratosféricos, sobretudo, o capital financeiro de curto prazo interessado principalmente em financiar a dívida pública. A indústria de transformação desnacionalizou-se e regrediu, esmagando ganhos de produtividade e acentuando o chamado efeito “dependência” da estrutura social (BRAGA, 2013, p.148).

A proclamada característica reformadora do governo Fernando Henrique Cardoso, foi demonstrada durante todo seu governo. Segundo Gimbiagi (2005), dentre as maiores mudanças econômicas e no sistema burocrático do Estado, destacam-se as privatizações, o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações, a mudança no tratamento do capital estrangeiro, e o saneamento do sistema financeiro, facilitando a entrada de bancos estrangeiros, o que atendia a política governamental de busca de ampliação da concorrência e internacionalização do setor.

Houve, juntamente com o tímido aumento no salário, um frondoso aumento de juros, que conseqüentemente pesou ainda mais sobre o salário mínimo, principalmente em relação ao sustento básico; expomos os seguintes dados que são ilustrativos, na tentativa de demonstrar a evolução da taxa de juros mensal:

Figura 4: Variação da taxa de juros de 1995-1998

MÊS/ANO	1995	1996	1997	1998
Janeiro	0,00%	2,58%	1,73%	2,67%
Fevereiro	3,63%	2,35%	1,67%	2,13%
Março	2,60%	2,22%	1,64%	2,20%
Abril	4,26%	2,07%	1,66%	1,71%
Mai	4,25%	2,01%	1,58%	1,63%
Junho	4,04%	1,98%	1,61%	1,60%
Julho	4,02%	1,93%	1,60%	1,70%
Agosto	3,84%	1,97%	1,59%	1,48%
Setembro	3,32%	1,90%	1,59%	2,49%
Outubro	3,09%	1,86%	1,67%	2,94%
Novembro	2,88%	1,80%	3,04%	2,63%
Dezembro	2,78%	1,80%	2,97%	2,40%
Acumulada no Ano	38,71%	24,47%	22,35%	25,58%
Acumulada Geral	38,71%	63,18%	85,53%	111,11%

Fonte: Ministério da Fazenda – Receita Federal

No quesito dos juros, o programa de governo se dedica, assim como nos quesitos anteriores, quase que exclusivamente a críticas do modelo econômico. Há apenas uma proposição – não demonstrada em termos técnicos ou do que se faria para atingir tal meta: “A redução das taxas de juros e, portanto, das mensalidades viabilizarão o ingresso de milhares de novos mutuários” (PT, 1998, p.6).

O efeito prático dessa desaceleração das medidas que fossem atender as camadas trabalhadoras em seu processo produtivo individual, foi uma plataforma eleitoral de oposição – que como veremos nas seções subsequentes, foram representadas pelo PT e vários partidos de esquerda –, não foi visto apenas em termos de salário e emprego, mas também apresentado no conjunto, a partir da queda do Produto Interno Bruto – PIB:

Tabela 1: Crescimento do PIB

Crescimento do PIB - Brasil e Mundo - 1994 a 1998 (em %)

Ano	1994	1995	1996	1997	1998

PIB Brasil	5,3	4,2	2,2	3,4	0,0
PIB Mundo	4,8	4,3	4,0	4,1	2,5

Fonte: IBGE/BANCO MUNDIAL – FMI

No quesito crescimento, é onde o discurso “nacional desenvolvimentista” aparece pela primeira vez e sem dúvidas, é onde há mais proposições, aparecendo 14 vezes dentro do documento, não apenas em forma de críticas, mas, inclusive, apresentado o que seria feito para atingir as metas de crescimento. Quanto a essas metas, um trecho é simbólico:

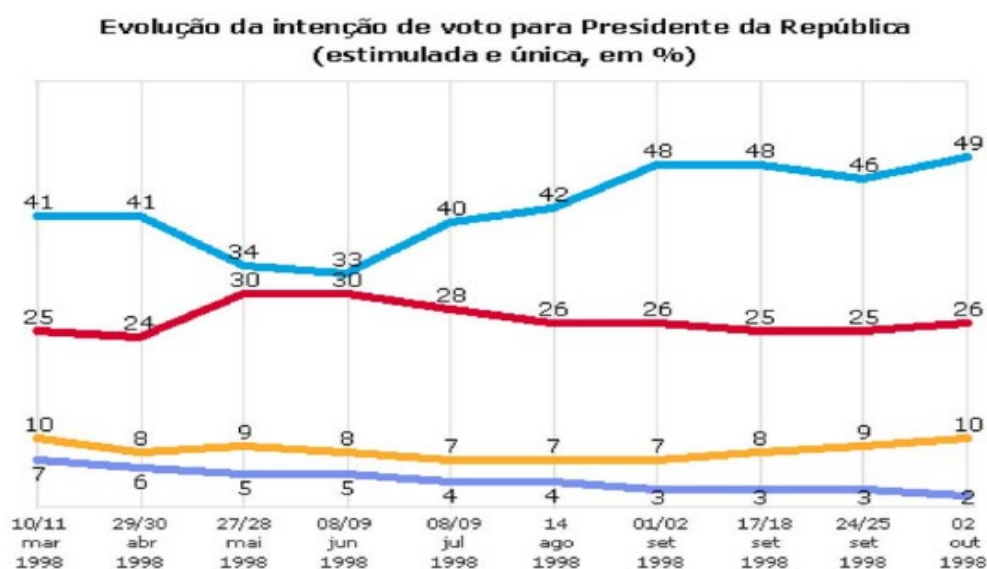
O governo da União do Povo se empenhará no fortalecimento de negociações nacionais em torno das políticas públicas, particularmente no caso das políticas industrial, agrícola, agrária, tributária, social e de rendas, introduzindo mecanismos compatíveis com as metas de estabilização monetária, crescimento econômico e distribuição de renda constantes em nossas diretrizes de programa de Governo (PT, 1998, p.13).

O resultado prático dos efeitos sociais, provocados pelas medidas graduais de abertura econômica, não provocou um resultado negativo para o governo, levando tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Lula a terem médias de intenções de votos, bastante estáveis:

Figura 5: Pesquisa de intenção de votos de 1998

Eleições 1998 - 02/10/1998

Intenção de voto presidente - 1998



Fonte: Pesquisa Datafolha de 02/10/1998

Frente a esse quadro, cremos que existem algumas hipóteses possíveis para a derrota da esquerda, e em especial do PT, segundo colocado, são: 1. Apesar de haverem

aumentos de juros, aumento da taxa de desemprego e desaceleração do crescimento da economia interna, as proposições da oposição não foram efetivas o suficiente frente a redução drástica da inflação, o que não permitiu ao eleitorado uma identificação com proposta de melhorias do quadro econômico e social; 2. A capacidade de interlocução da esquerda com a sociedade foi deveras precária por não apresentar alternativas concretas – como veremos mais a frente; 3. Havia um medo significativo de grandes alterações – lembrando que o discurso do PT ainda era relacionado ao radicalismo político; 4. O PT não propôs efetivamente nada que atraísse um novo eleitorado – o que viria a fazer em 2002. De todas essas hipóteses, acreditamos que a quarta tenha significativa importância nesse processo de continuidade do governo Fernando Henrique Cardoso. Contudo, é notado uma inflexão no discurso do PT, sinalizando sua abertura para o mercado e para suas regras.

Acreditamos que todos os fatores advindos do período entre 1994-1998, construíram um PT que foi se tornando mais conservador quanto ao processo de transformação da sociedade de forma a romper com o sistema vigente. Tal ideia pode ter embasamento na impopularidade que o discurso de rupturas radicais tiveram frente à sociedade, na qual o partido entendeu nesse período, que deveria se dedicar a atacar o governo, assumidamente de matriz liberal, e se apresentar como uma alternativa que não iria alterar significativamente o sistema. Vale ressaltar que esses ataques foram feitos, fracamente argumentados, por meio de esboços de métodos de desenvolvimento nacional. Ressalta-se aí, pela primeira vez, a ideia do consumo como matriz balizadora da proposta do PT. Na próxima parte do trabalho, buscaremos discutir a dicotomia que o PT encontrou entre projeto transformador radical e reformismo consentido.

Sobre as derrotas da esquerda nas eleições de 1994 e 1998

O primeiro ponto a ser levantado é sobre as propostas de governo do PT em 1994, quando ainda se proclamava abertamente como um partido socialista. Tendo em vista que foi o partido de esquerda mais votado e a maior chance de consolidar um programa transformador, o PT foi o partido que teria maior condições de, se vencesse o pleito de 1994, impor grandes transformações. Em suas considerações iniciais, focava-se em: “nossa meta principal, que se articula com o objetivo estratégico de construção de uma sociedade socialista e democrática” (PT, 1994, p.12). A palavra “socialismo/socialista” constou 15 vezes no programa de governo. É importante

ressalvar que na década de 1990, assim como em várias épocas da História do Brasil, houve uma profunda recusa em relação ao socialismo. Em parte, acreditamos, se deve ao fim da experiência soviética, em outra, devido a *exacerbação dos valores burgueses* na sociedade.

Esses valores burgueses, mostra o proeminente politólogo Norberto Bobbio (1987), estão diretamente relacionados à criação ou liberalização – no caso brasileiro pós-ditadura – de direitos individuais como norteadores das relações sociais. Bobbio lembra que Marx se valeu da expressão “*Bürgerliche Gesellschaft*” – sociedade burguesa e sociedade civil ao mesmo tempo e com os mesmos valores – para explicar essa sociedade baseada no consumo. Nessa sociedade, afirma Engels em “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” (1984), se manifestam as relações de dominação e os grupos que lutam contra essa dominação. Proveniente dessa luta surgem os conflitos sociais, econômicos, ideológicos e religiosos.

Claramente na carta de compromisso do PT de 1994 não consta a defesa dos valores individuais, pelo contrário, firma compromissos de socializar a participação popular e as esferas diversas do Estado com a população. Contudo, não se compromete explicitamente com a ruptura radical do modelo burguês, mesmo afirmando que o objetivo das propostas do PT se articula com suas visões socialistas de democracia:

A socialização da política do poder exigirá reformas institucionais, mecanismos de controle social, democracia direta e a democratização dos meios de comunicação. Desta forma, o bloco social interessado nas reformas democráticas e populares ampliará sua força e estabelecerá sua hegemonia na sociedade brasileira [...] a participação popular será o instrumento privilegiado pelo Governo Democrático e Popular para socializar o poder e a política, pois uma nova sociedade só poderá ser construída se a política for assumida como preocupação por dezenas de milhões de brasileiros e se o poder não ficar confinado nas estruturas burocráticas de um Estado tradicionalmente organizado para garantir a dominação de uma minoria” (PT, 1994, s.p grifo nosso)

No “*Manifesto do Partido Comunista*”, Marx e Engels projetam uma ideia de luta pela democracia, no sentido stricto sensu da palavra luta. Marx e Engels afirmam: “o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia pela luta. [...] o proletariado usará a sua dominação política para arrancar a pouco e pouco todo o capital à burguesia” (MARX; ENGELS, 2000, p.49). Paralelo a isso, na carta de princípio do PT, de 1979, consta a seguinte diretriz:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior (PT, 1979, p.3).

Marx e Engels demonstram uma visão bastante diferente dos métodos empregados pela esquerda da década de 1990 – como veremos – em especial o PT, que apesar de ser considerado “extremista em alguns campos” para os valores da época, já projetava uma luta por dentro do sistema, em parte, acreditamos, por já estar sitiada pelo modelo de sociedade burguesa que ao ter como valor máximo o consumismo, expressava rejeição ao modelo socialista.

A partir da derrota em 1994, o PT que constituía o partido cabeça-de-chapa do campo da esquerda que obteve a maior votação. O PT buscou redefinir suas prioridades. Adotou-se a partir daí, um discurso que, segundo Lopes (2014), foi gestado no 9º Encontro Nacional do PT, em 1994, e consolidado no 10º Encontro em 1995, de que a chapa que assumiu o governo tinha um perfil liberal-conservador que acentuava um perfil de inserção subordinada aos grandes blocos econômicos, nacionais e internacionais. A partir daí, é criada uma nova agenda, que não necessariamente discutia rompimentos, nos moldes dos setores socialistas dentro do partido, mas sim, entra na agenda, a ideia de “desenvolvimento nacional” e que redefine até mesmo, sua agenda programática de atuação nacional, não como combativa ao capital, mas à acumulação:

O PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando forças sociais amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco. É preciso mostrar à sociedade brasileira que as políticas propostas por FHC não podem constituir um projeto de desenvolvimento que atenda às grandes maiorias nacionais. Elas carecem de uma dimensão nacional e social. Não visam a realização de um processo de integração nacional, a incorporação de todos os brasileiros à cidadania, mas apenas a acumulação de capital e a integração de uma minoria de consumidores ao Primeiro Mundo (PT *apud* LOPES, 2014, p.30).

Nos discursos criados a partir de 1995, destaca-se o problema em relação a uma minoria restrita de consumidores. A partir daí, é aberta a janela para a construção da agenda da “democratização do consumo”. Para apresentarmos um paralelo, Moreira (2011) explica essa democratização do consumo por meio do exemplo europeu e norte americano:

A necessidade de apresentar uma imagem e um estilo de vida semelhante ao do grupo de referência social, levou a um grande crescimento da procura de crédito ao consumo, uma vez que o crédito veio permitir que os indivíduos ajustassem o seu rendimento às suas despesas, financiando-lhes a aquisição de uma vasta gama de bens e serviços. O crescimento continuado das taxas de endividamento das famílias verificado na maioria dos países da Europa e nos EUA nas últimas décadas, permite concluir que o crédito ao consumo se expandiu a todas as classes sociais, deixando de ser apenas concedido às classes favorecidas ou de ser visto como um sinal de pobreza. (MOREIRA, 2011, p.92).

Ou seja, trata-se de um estilo de retórica que tem como fim a expansão do capitalismo, por meio do consumo, reduzindo aí, a partir de 1995, uma tentativa de executar um discurso contrário ao grande capital, por parte do maior partido de esquerda do Brasil.

Lopes (2014) lembra que nos Encontros Nacionais seguintes do PT, no final da década de 1990, o Partido se declarou como “Pós-Comunista” e “Pós-Social Democrata” – provavelmente em oposição ao que o partido governista, ao qual o PT era opositor. Paralelo a isso, nos mostra o autor, o PT instituiu um discurso de novo pacto nacional, visando ampliar as melhorias de vida para todas as camadas da sociedade brasileira, ampliando seu discurso de – poderia parecer até nacionalista – novo desenvolvimento nacional, baseado em um novo pacto programático com a sociedade. Destaca-se aí que nenhum conteúdo de classe foi colocado em discussão – diferente do que era habitual até 1994 –, mas sim a combatividade ao “entreguismo”, por meio da exaltação ao conteúdo de desenvolvimento nacional.

Esta fetichização da comunidade nacional é o corolário da fetichização do Estado, o qual passa a ser representado como uma entidade que se situa (ou deveria situar-se) acima das classes. Neste sentido, a ideologia nacional – inclusive em suas vertentes mais sofisticadas – opera uma separação estanque entre esse âmbito da igualdade (a nação) e a dominação de classe (...) A ideologia nacional é, portanto, uma dimensão importante do processo de desorganização do proletariado (LOPES, 2014, p.65).

Em 1998, os termos “socialismo/socialização”, foram reduzidos a preocupação com o “social” em quatro oportunidades. O programa de governo nessa eleição foi marcado não pelas proposições, mas sim pela combatividade e oposição ao atual governo de Fernando Henrique Cardoso:

A união das esquerdas se amplia conquistando importantes setores comprometidos com o progresso, a soberania nacional, a democracia e a ética política. Ela expressa o sentimento de todos aqueles que condenam o atual

estado das coisas e querem superar os problemas que afligem nosso país há séculos, sumamente agravados pelo governo FHC. (PT, 1998 p. 03)

Lopes (2014, p.33) argumenta que a integração entre proposta de mudança de grupo político e somado à ideologia nacional se fez acompanhar, ao nível de discurso, por um deslocamento da centralidade de categorias como a de ‘proletários’ ou mesmo ‘trabalhadores’ para as de ‘povo’ ou ‘sociedade’. A luta social, tendo o PT como referência, não mais se volta contra a estrutura do Estado capitalista, mas para a conquista do Governo e, por meio deste, para a redefinição da política estatal.

Já é possível notar no programa de governo de 1998, uma clara ideia de crítica incisiva ao modelo empregado, porém com proposições bastante reformistas como método de mudança da realidade social, política e econômica, reduzindo a luta política a uma luta contra o governo:

Candidato a presidente da República pela "UNIÃO DO POVO MUDA BRASIL", *proponho-me a fazer do poder político um instrumento capaz de promover as profundas reformas exigidas pela nossa sociedade [...]*Assumo, enfim, o compromisso de empenhar a minha vida, indiferente a pressões, ameaças ou riscos, para que o nosso governo faça do Brasil uma Nação socialmente justa, segura, digna, soberana [...]*No meu governo, vou garantir a estabilidade monetária mas também a estabilidade econômica e social [...]*Serei o fiador de um novo contrato social com este país, que se fundamentará numa nova hegemonia democrática¹⁶, capaz de efetivamente construir a Nação brasileira para todos os brasileiros (PT, s/p, 1998 *grifos nossos*).

Como fica claro, o PT, partido de esquerda com a maior força política do Brasil, paulatinamente buscou a conquista do poder lado a lado com a redução das propostas de radicalização de rupturas com o sistema vigente. Muito disso, reafirmamos, se deve a uma sociedade que buscava cada vez mais a afirmação de seus direitos individuais e assim, o PT de 1994 para 1998 caminhou para a proposição dessas garantias de procura pelo bem estar individual através de propostas de alinhadas a esse modelo. Na próxima seção, analisaremos como essa busca por bem estar individual se tornou um valor conservador para o PT.

O prenuncio do reformismo conservador aceitável

¹⁶ Bobbio (1987, p.25) entende que hegemonia dentro da sociedade civil significa a totalidade dos valores burgueses como um imperativo à sociedade.

Conforme expomos na parte introdutória do presente trabalho, a difícil relação entre a conceituação de partidos de esquerda e suas posições de fato, estão diretamente ligadas ao momento político em que o capitalismo se expandiu de forma avassaladora, adquirindo novas formas e novos atores dentro desse contexto. Acreditamos que devido a isso, os partidos de esquerda em maior ou menor grau, tenderam a “afunilarem suas posições”, buscando situar-se dentro do próprio sistema vigente e as vezes que propunham a ruptura com esse modelo, perderam força gradativamente. István Mészáros em “*Para além do Capital*” (2002, p.39), nos lembra de uma tendência bastante parecida, que foi desencadeada no início do século XX, a partir da abertura de mercados, na qual, os Partidos Social Democratas em toda Europa, mas mais em especial na Alemanha, propuseram reformar o capitalismo sem alterar sua essência.

Tendo visto a consideração feita sobre o conservadorismo, acreditamos que para fins de uma análise melhor guiada será necessário expressarmos nosso conceito para essa categoria. Segundo Nisbet (1983), o conservadorismo se alicerça em modelos do passado em busca de “terrenos firmes” para dar os passos futuros. Tendo visto que os exemplos passados no Brasil nunca foram de luta pela justiça social, distribuição de renda como o grande orientador de políticas de governo, acreditamos que o conservadorismo brasileiro jamais se alicerçou junto às bandeiras revolucionárias. Para o professor Florestan Fernandes (*apud* CARVALHO, 2015, p.149), há um pacto conservador no Brasil no sentido de afastar as massas das esferas de influência política: “zerar a presença popular em todos os processos cívicos e políticos, de alguma magnitude, monopolizados pelas elites culturais [...] manter as rédeas presas para que a massa e trabalhadores sejam premente banidas do exercício do poder” (FERNANDES, 1986, p.44).

As eleições de 2002 contaram, em sua maioria, com chapas de vertentes de esquerda. O PCO fazia sua estreia em eleições presidenciais, lançando *Rui Costa Pimenta* como cabeça de chapa e Pedro Paulo de Abreu (PCO) como vice, obtendo 38,619, ou 0,04% dos votos válidos. José Maria do PSTU novamente era candidato, dessa vez junto a *Deyse de Oliveira* (PSTU), obtendo 402,333 votos, ou 0,47% dos votos válidos. Ciro Gomes novamente se candidatava pelo PPS, dessa vez junto ao PTB que lançava *Paulo Pereira*¹⁷ a vice, conquistando 10.170.882 votos, ou 11,97% dos votos válidos. Outro partido de esquerda disputando as eleições era o PSB, que lançou

¹⁷ Sindicalista ligado à Força Sindical, também conhecido como “Paulinho da Força”.

*Anthony Garotinho*¹⁸ como cabeça da chapa e *José Antônio Figueiredo* (PSB) como vice, obtendo juntos 15.180.097 votos, ou 17,86% dos votos válidos. As eleições de 2002 tiveram segundo turno, entre o segundo colocado do PSDB, *José Serra*¹⁹ junto a *Rita Camata* (PMDB), que haviam obtido 19.705.445 votos, ou 23,19% dos votos – chapa de partidos considerados por Rodrigues (2002) como de centro – e o primeiro colocado, Lula do PT, junto a *José de Alencar*²⁰ (PL) – chapa mista entre esquerda e direita –, que obtiveram em primeiro turno 39.455.233 votos, ou 46,44% dos votos válidos.

Diniz (2006) defende que após as sucessivas derrotas nas eleições majoritárias para presidente, houverem importantes lutas internas dentro do partido dos trabalhadores. Algumas correntes começaram um processo de distanciamento em relação às teses socialistas de rompimentos radicais com a ordem, sob o argumento de medo de se tornar o “atraso da história”: “desde 89, carecemos de verdadeira estratégia global, naquele sentido forte, substantivo, de um projeto alternativo coerente e de um caminho sócio-político definido para tentar viabilizá-lo” (DULCI *apud* DINIZ, 2006, p.7).

As disputas internas do PT levaram a uma síntese não só ideológica, mas também programática, de mudança nos caminhos do partido:

a luta interna entre as diversas correntes foi, como foi ressaltado, o ano de 1995, quando a liderança Lula/ José Dirceu vence as eleições para a direção do partido, cabendo a Dirceu a presidência do PT, sendo Lula nomeado presidente de honra. Em síntese, como argumenta Palermo (2003:25), “(...) já por volta de fins dos anos 90, levando em conta a evolução programática de longo prazo do partido que se expressa em documentos, declarações e tomadas de posição de dirigentes destacados, registrava-se um progressivo distanciamento da temática socialista (o que pode ser exemplificado) pelo documento *Um Outro Brasil é Possível*, de junho de 2001.(PALERMO *apud* DINIZ, 2006, p.7) .

As diretrizes apresentadas no documento de 2001, segundo um importante economista do PT, Aloisio Mercadante (2010), poderiam impulsionar um novo ciclo de desenvolvimentismo no Brasil. Dentre os princípios, chama a atenção a defesa do desenvolvimento por meio do consumo: “impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, que promovesse a inclusão de milhões de brasileiros,

¹⁸ Ex-Prefeito de Campos dos Goytacazes (RJ).

¹⁹ Ex-Deputado constituinte, Ministro do Planejamento e da Saúde.

²⁰ Conhecido grande Industrial brasileiro, Ex-Senador da República.

universalizasse as políticas sociais básicas e resolvesse o drama histórico da concentração de renda e riqueza” (MERCADANTE, 2010, p. 36).

Seguindo a mesma linha do documento “Um outro Brasil é possível”, o PT se preparava para uma nova eleição, e Mercadante (2010) apresenta uma narrativa sobre uma transição programática que vinha sendo construída internamente na conjuntura política interna do partido, a partir da seguinte afirmação:

Em 2002, em plena campanha presidencial, os analistas do PT refizeram sua análise de conjuntura e chegaram à conclusão de que a correlação de forças era desfavorável a uma ruptura, e anunciaram, por meio da “Carta ao povo brasileiro”, a “necessária revisão tática” de abdicar da ruptura e assumir “o compromisso com uma transição progressiva e pactuada” (MERCADANTE, 2010, p. 37).

Lula e o PT, após serem derrotados em 1989, 1994 e 1998, decidiram reformular suas táticas de campanha. Antes mesmo do primeiro turno, o PT lançou uma nota, que ficou conhecida como “*carta ao povo brasileiro*”. Como mostra o Editorial do Jornal Estado de S.P, Lula e o PT procuraram mostrar uma face mais moderada, diferente das eleições anteriores, pois: “Na época, a divulgação das pesquisas apontavam o favoritismo de Lula eram acompanhadas por turbulências nos mercados de câmbios e ações. O panorama começou a mudar quando o petista lançou a carta ao povo brasileiro” (ESTADÃO, 2010, s.p). Segundo Aldé (2003), uma das estratégias da situação, representada pela candidatura de Jose Serra, foi culpar Lula pelo momento político, através da afirmação de que o candidato fazia oposição pela oposição. Inclusive, Fernando Henrique Cardoso aparece na Tv para falar dos riscos de eleger um candidato incompetente.

Frente ao contexto adverso e ao que poderia se tornar a quarta derrota do PT nas eleições, o partido afirma por meio do documento supracitado: “Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país” (PT, 2002, p.2). Nesse ponto, a carta propõem uma coalizão supraclasses, que foi totalmente de encontro ao interesse de um empresariado que queria lucrar ainda mais e de uma sociedade que queria adquirir poder de compra: “A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública” (PT, 2002, p.4).

A carta além de se comprometer com a manutenção dos valores engendrados pela lógica de mercado se comprometeu também com o próprio mercado: “O

desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações” (PT, 2002, p.5).

Ao finalizar a carta, o PT sela a passividade quanto aos valores vigentes, sem se afastar totalmente de suas bandeiras de defesa do social, porém se contendo quanto aos termos “socialismo” e outros que pudessem versar sobre transformações radicais na sociedade, na economia e na política: “Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social [...] o Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social” (PT, 2002, p.5). E a partir daí foi assumido um compromisso de não-confronto com o mercado e com os bancos, fazendo com que a afirmação de Marx e Engels se torne ainda mais atual: “o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX; ENGELS, s/d, p.23).

Não demorou muito e a resposta da carta aos brasileiros, por parte do mercado e dos bancos veio:

No “Valor Econômico” foi encontrada apenas uma matéria que trata da posição dos banqueiros em relação à carta em 2002, matéria essa posterior ao processo eleitoral. Essa matéria trata da nota emitida pela FEBRABAN após a eleição de Lula, na qual a entidade se pronuncia em “defesa do Brasil”; se prontifica “a colaborar com o governo em muitos de seus projetos, em especial na busca de soluções para o desenvolvimento sustentado”; e expõe o desejo de que Lula consiga governar sobre os princípios contidos na “Carta ao povo Brasileiro”, com ênfase nas políticas fiscais, de inflação, e com respeito às instituições e aos contratos. (FEBRABAN *apud* DIAS, p.6, 2012).

Além da clara sinalização de aceitabilidade da ordem vigente que o PT já demonstrava aceitar, inclusive institucionalmente por meio de documentos emitidos por sua executiva nacional, o desgaste e a impopularidade do governo de Fernando Henrique Cardoso atingia altos níveis, como Carvalho apresenta:

Foram de crises econômicas que geraram impactos sociais através do aumento de juros e redução do superávit, até diversos casos de corrupção. Alguns desses casos chamaram bastante a atenção da opinião pública, como as chamadas “farra do PROER” e os “grampos do BNDES”, mas que não ganharam tanto destaque na mídia nacional. “A venda da empresa de telecomunicações e os acordos velados entre governo e mídia redefiniram a imagem do governo e do próprio presidente [...] resultaram no apoio ao governo e às suas políticas econômicas estampado nos principais jornais e revistas” (TAVARES, 2012 p.14). Além de apoio, a mídia por diversas vezes se mostrou omissa à prática da vinculação de notícias contrárias ao governo

FHC. “Todas as denúncias de corrupção, do caso SIVAM à “pasta rosa”, da compra de votos para reeleição ao caso do grampo no BNDES e ao dossiê das Ilhas Cayman, assim como surgiram, desapareceram, graças à ação do governo e a colaboração da mídia” (Lesbaupin, 1999, p.10-11). (CARVALHO, 2015, p.158).

Esses fatores conduziram cada vez mais para a mudança de grupos políticos no poder:

a partir de meados de 2002, quando a campanha eleitoral se torna mais intensa, a insatisfação com o governo Fernando Henrique Cardoso já havia alcançado grande amplitude. A rejeição do candidato situacionista torna-se também crescentemente visível. A opinião pública vinculou suas expectativas de mais emprego e crescimento econômico à reformulação da política econômica, associando-a, por sua vez, a uma mudança de governo. Neste sentido, mudar o rumo, na percepção do eleitor, implicaria a mudança das elites no poder (DINIZ, 2006, p.9).

O resultado do discurso de conciliação promovido pela carta ao povo brasileiro foi a derrota da investida do governo de Fernando Henrique Cardoso contra a chapa de Lula. A chapa PSDB-PMDB que tinha José Serra e Rita Camata obtivera 33.370.739, ou 38,72% dos votos válidos. Enquanto a chapa que tinha Lula (PT) como cabeça de chave e o empresário – sintomaticamente – José de Alencar (PL) como vice, saiu vencedora com 52.793.364 votos, ou 61.27% dos votos válidos.

Não podemos negligenciar, porém, que nessa eleição houveram mais chapas de esquerda do que nunca, tendo PSTU, PCO, PSB, PPS e PT lançado candidatos e esse fato pode ter aglutinado votos para a chapa de esquerda – com o PT como cabeça – no segundo turno. Contudo, no plano da estrutura social, econômica e política, tudo indica que a aceitabilidade por parte do PT de se contentar com promessas de reformas com pouco impacto na ordem econômica e social, acabou por sacramentar sua chapa como “aceitável”, desde que ela aceitasse o que lhe era imperativo, transformando sua candidatura em uma candidatura conservadora que aceitou as imposições da ordem vigente.

Esse processo deu início ao que Castelo (2012) chama de “nova fase do desenvolvimentismo brasileiro”, que segundo o autor foi amplamente comemorada pelas classes dominantes, pelos claros sinais de incentivo ao adensamento do projeto capitalista de impulsão do consumo e promessa de manutenção do modelo econômico vigente – superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante. “o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social – o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo” (CASTELO, 2012, p.615).

Conclusão

Em nossa análise não buscamos ressaltar se em maior ou menor medida o PT era um partido de esquerda, mas sim o mecanismo utilizado por ele para transitar do campo progressista para o campo reformista/conservador. E com isso não queremos dizer que o PT se tornou um partido de direita. Nossa intenção é apenas a de mostrar como a radicalização de um socialismo revolucionário *stricto sensu* e mesmo de uma reforma mais abrangente, se retiraram gradualmente das propostas do maior partido de esquerda do Brasil para que ele chegasse ao poder.

Não temos, porém, elementos para afirmar que o PT esvaziou seu conteúdo transformador para que obtivesse o poder, contudo – embora tenhamos apresentado elementos suficientes para mostrar sua busca pela aceitabilidade dos diversos setores da sociedade, mesmo contrariando seus princípios fundamentais – temos fatos que demonstram que a mudança de posições, que caminharam da esquerda para o centro através de claros sinais de abertura para diálogos interclassistas, contribuiu, em grande parte, com a aceitabilidade de um partido de esquerda no poder.

É de se notar que durante nossa análise não demos prioridade ao conteúdo reformador explícito, que poderiam revelar atores que contribuíram com as propostas de reformas. Entretanto, buscamos solidificar uma perspectiva implícita estrutural que buscou demonstrar que a alteração de valores do PT, ou o arrefecimento de algo que poderia ser radicalizado após chegar ao poder, em muito se deve a uma sociedade baseada em valores que não aceitam modificações estruturais, e recebe reformas com suspeição.

Concluimos que esse reformismo, em certa medida amistoso, proposto pelo PT na carta ao povo brasileiro, demonstrou que a zona que separa o pleiteante do poder exige concessões. Dessa forma, o reformismo proposto é um mecanismo de não abandono completo das propostas de busca por justiça social, no entanto, é a renúncia de qualquer possibilidade de mudanças estruturais, seja nos valores, na ordem ou na própria estrutura de dominação.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. *Alceu*, v.3. n.6. p. 93-121. 2003.

BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15 no 42 fevereiro/2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BOITO, Armando Jr. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil In: **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta**. Buenos Aires: CLACSO, julio 2006.

BRAGA, Ruy. **Para onde vai o precariado brasileiro?** Sindicalismo e hegemonia no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Nº 10, Ano 7, 2013.

BRAMATTI, Daniel. ‘Carta aos brasileiros’ em 2002 mostrou face moderada. **Estado de São Paulo**. Acessado em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,carta-aos-brasileiros-em-2002-mostrou-face-moderada,506720> >. Acessado em: 23/04/2016.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

DEDECCA, Claudio. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, Vol. 25, Nº 1, 2005.

DIAS, Rodolfo P. Carta ao povo brasileiro: recepção dos banqueiros à entrada do PT no poder. Campinas: *VII Colóquio Internacional Marx Engels*, 2012.

DINIZ, Eli. Empresários e Governo Lula: percepções e ação política entre 2002 e 2006. *V Workshop Empresas, Empresários e Sociedade*. Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro, Editora Civilização brasileira, 1984.

FERNANDES, Florestan. Que tipo de República? In: CARVALHO, Guilherme. A Poliarquia brasileira: da aliança entre mídia e governos à liberdade de oposição social organizada durante os governos Collor e FHC. *Revista Convergência Crítica*, v1, nº7, dezembro/2015.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

CARVALHO, Guilherme. A Poliarquia brasileira: da aliança entre mídia e governos à liberdade de oposição social organizada durante os governos Collor e FHC. *Revista Convergência Crítica*, v1, n°7, dezembro/2015.

KLINGEMANN, H-D.; VOLKENS, A.; BARA, J. & BUDGE, I. (eds.). **Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003**. Oxford: Oxford University, 2006.

LOPES, Walson. O PT na década de 90: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18 n.33, p.23-34, jul./dez. 2014.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas - Volume 1**. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 13- 47.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MERCADANTE, Aloizio. **Brasil: a construção retomada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

MESQUITA, Daniel L; OLIVEIRA, Elias R. **As Reformas Liberais da Década de 90: as Políticas da “Terceira Via” e o Novo Ambiente Institucional no Setor Sucroalcooleiro Brasileiro**. Rio de Janeiro: XXXII ANPAD, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MOREIRA, Filipa R. O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. *Gestão e Desenvolvimento*, n°19, p. 91-114, 2011.

NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: editorial Estampa, 1987.

TRABALHADORES, Partido. **Carta de Princípios**. A Comissão Nacional Provisória, 1º de Maio de 1979.

_____. **Bases do Programa de Governo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1994.

_____. **Carta Compromisso**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

RENAULT, David. A construção da imagem de FHC na mídia impressa (1993 – 1994). **Comunicação e Espaço Público**, Ano XI, n° 1 e 2, 2008.

REZENDE, Claudinei C. Retomar Marx para compreender o fracasso da esquerda brasileira. *Revista eletrônica arma crítica*, n°5, agosto de 2014.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Editora USP, 2002.

SINGER, P. “A raiz do desastre social: a política econômica de FHC”. In: LESBAUPIN, I. (org.). **O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis - RJ, Vozes, 1999.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Editora Kairós, 1985.